

HABEAS CORPUS Nº 515.421 - PE (2019/0168146-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
MIRELLA CORRÊA DE OLIVEIRA WANDERLEY - PE024151
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : L H V DA S (INTERNADO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de L H V DA S no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Depreende-se da análise dos autos que ao ora paciente foi determinada a medida socioeducativa de liberdade assistida pelo prazo mínimo de seis meses, combinada com prestação de serviços à comunidade, por quatro meses, durante quatro horas semanais, em razão da prática de ato infracional análogo ao delito de roubo majorado pelo concurso de agentes (art. 157, §2º, II, do Código Penal).

A Defensoria Pública estadual relata que, *"inconformado, o MP recorreu e o TJPE proveu a apelação, aplicando a internação"* (e-STJ fl. 2).

No presente *writ*, a defesa aponta constrangimento ilegal decorrente da aplicação ao adolescente de medida socioeducativa mais gravosa, aduzindo que *"o caso em exame não comporta a aplicação da medida socioeducativa extrema da internação, isto porque inexistem nos autos indícios de que a privação de liberdade do Paciente, em razão de suas necessidades pedagógicas, é de fato imprescindível a seu processo de reflexão, recuperação e reintegração social"* (e-STJ fl. 6).

Ademais, afirma que *"o adolescente foi representado pela prática de ato infracional equivalente ao crime previsto no art. 33 da Lei de Drogas, sendo-lhe aplicada medida sócio-educativa de internação pela prática desta conduta infracional"*, e que a *"supracitada conduta infracional não se reveste da grave ameaça ou violência a pessoa, requisito previsto no inciso I do art. 122 do ECA, fato este reconhecido na própria sentença: '... em que pese ... a ausência de ameaça ou violência à pessoa...'"*

(e-STJ fl. 10).

Alega, outrossim, que *"o adolescente não é reincidente, portanto, não há que se falar em reiteração no cometimento de outras infrações graves"* (e-STJ fl. 13), e que, *"por ser o adolescente PRIMÁRIO, não há que se falar em descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta"*(e-STJ fl. 15).

Conclui que *"não estão presentes os requisitos autorizadores da medida sócio-educativa de internação, motivo pelo qual configura-se constrangimento ilegal a permanência do paciente no cumprimento de medida em meio fechado"* (e-STJ fl. 15).

Assim, requer, o deferimento da liminar *"para o fim de anular parcialmente o acórdão, no que se refere à medida de internação aplicada pelo TJPE, determinando a imediata desinternação do adolescente, e restabelecer a sentença de 1º Grau. Ao final, pede-se que seja a ORDEM concedida para os mesmos fins postulados em liminar"* (e-STJ fls. 16/17).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Com efeito, a Defensoria Pública juntou acórdão que se refere a outro adolescente, e não ao paciente (e-STJ fls. 37/42). Além, disso, apesar de afirmar de que *"o adolescente foi representado pela prática de ato infracional equivalente ao crime previsto no art. 33 da Lei de Drogas"* (e-STJ fl. 10), verifico que a representação contra o ora paciente se deu em razão da prática de ato infracional equiparado ao roubo majorado, conforme se depreende da sentença às e-STJ fls. 34/35.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da

irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste feito.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, inclusive reclamando o envio do acórdão proferido em relação ao paciente e das demais peças dos autos pertinentes à solução da controvérsia. Ressalte-se, ainda, que qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste processo deverá ser noticiado a esta Corte Superior de Justiça.

Requeira-se, inclusive, a senha necessária para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator